



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PELOTAS  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Anexo II.1a**  
**PROJETO BÁSICO**  
**MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO DA FROTA**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PELOTAS  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**PROJETO BÁSICO: MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO DA FROTA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS**

Serão aprovados para os serviços de transporte coletivo somente veículos apropriados e que satisfaçam às especificações, normas e padrões técnicos estabelecidos pela Legislação Nacional de Trânsito e pelo PODER CONCEDENTE.

Os veículos utilizados na execução do serviço de transporte coletivo de passageiros devem ser do tipo Rodoviário.

Os veículos deverão ser adequados, conforme previsto neste EDITAL, em termos de potência, disposição interna (layout) dos assentos e definição de portas, de conformidade ao uso que se destina nas linhas que compõem o sistema de transporte público de passageiros.

A composição da frota pode ser alterada no decorrer do prazo de contrato, a critério da SECRETARIA e de acordo com as necessidades dos serviços prestados. Em todos os casos essas alterações sempre observarão as condições contratuais e a respectiva manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

A frota utilizada na prestação do serviço deverá adequar-se, em termos de acessibilidade, aos prazos e ao que estabelece o Decreto Federal nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis Federais nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 e ao que estiver disposto neste Edital.

Este anexo busca explicitar da maneira mais específica possível as características necessárias para os veículos habilitados a operar no Sistema Integrado de Transportes, tendo assim se baseado primeiramente em normas técnicas atualmente em vigor, e posteriormente no desejo de melhoria contínua do serviço prestado à população. Os dados aqui demonstrados poderão sofrer alterações em forma de lei, sendo o PODER CONCEDENTE responsável por emitir adendos aos anexos, se assim julgar necessário.

**2. IDADE DA FROTA**

As idades máxima e média permitidas para os veículos em operação no Sistema de Transporte Público de Passageiros da Zona Rural deverá obedecer os limites máximos de 20 anos para idade máxima e 15 anos para idade média.

Para determinação das idades máximas e médias dos veículos será tomado como referência o ano/modelo dos chassis.

**3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS**

**3.1. Especificações Gerais e Acessibilidade**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE PELOTAS**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Os veículos a serem utilizados na prestação do serviço deverão ser do tipo rodoviário/fretamento, com potência superior a 200 cv, no mínimo 44 bancos, do tipo rodoviário, estofamento em tecido e equipados com WC em no mínimo 50 % da frota.

Deverá ser observado o disposto neste anexo, referente a demais conformidades necessárias e aplicáveis aos veículos novos e usados.

Não serão aceitos veículos que por ventura não estejam conformes a legislação, não sendo aplicáveis prazos de adaptação para a frota.

Observa-se que na data da inspeção técnica a frota deverá estar rigorosamente de acordo com o descrito no presente anexo e normas técnicas citadas.

### **3.1.1. Serviço CONVENCIONAL**

Deve ser observada para os veículos, a compatibilidade com o exposto nas seguintes normas regulamentadoras:

- ABNT NBR 15.320/2005: Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário.

Veículos usados a serem aplicados no serviço convencional devem observar o cumprimento da seguinte portaria:

- Portaria INMETRO 152/2009: Requisitos de Avaliação da Conformidade para Fabricação de Veículos Acessíveis de Características Rodoviárias para Transporte Coletivo de Passageiros.
- Portaria INMETRO 168/2008: Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Veículos de Características Rodoviárias para o Transporte Coletivo de Passageiros.

Também deverá ser observada a Resolução do CONTRAN nº 316/2009, que “Estabelece Requisitos de Segurança para Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros (ônibus e micro ônibus) de Fabricação Nacional e Estrangeira.

### **3.2. Da disponibilidade de Assentos no Veículo:**

Os veículos deverão possuir bancos do tipo rodoviário/fretamento, com encosto alto, revestidos em tecido, dispostos 2 a 2, em ambos os lados do veículo, montados no sentido de marcha do veículo, sendo o número mínimo de 44 assentos.

Nos veículos rodoviários os bancos deverão possuir bancos do tipo fretamento/rodoviário.

### **3.3. Padrão de Pintura Externa para os Veículos:**

Caberá a CONCESSIONÁRIA, no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato de concessão, adequar o layout da pintura dos veículos da frota.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PELOTAS  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

O padrão de pintura dos veículos, a ser executado pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com a Identidade Visual prevista no Anexo II.1.b. Este padrão será adotado para todas as categorias de veículos componentes da frota.

No decorrer da prestação dos serviços, os veículos já aprovados na vistoria técnica terão suas características internas e externas preservadas.

### **3.4. Adesivos Internos**

A CONCESSIONÁRIA deverá fixar cartaz, pintura ou adesivo com os números telefônicos do Serviço de Atendimento ao Usuário do ÓRGÃO GESTOR, para reclamações e sugestões, na parte traseira ou junto às janelas ao lado do cobrador, no interior dos veículos que executam o Serviço de Transporte Convencional ou Diferenciado do Município de Pelotas.

### **3.5. Dos Acessórios e Dispositivos de Segurança do Veículo**

O PODER CONCEDENTE poderá aprovar outros equipamentos e/ou inovações tecnológicas destinadas ao uso como acessório ou dispositivo de segurança, conforto dos passageiros, motorista ou cobrador, sistemas alternativos de controle de cobrança e antipoluentes.

#### **3.5.1. Lixeiras**

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar seus veículos para início da operação em adequado estado de conservação e limpeza, mantendo em seu interior lixeiras para uso dos passageiros.

#### **3.5.2. Bagageiros e Porta Volumes**

Todos os veículos deverão dispor de bagageiros, na parte externa e de porta volumes na parte interna, sobre os bancos, viabilizando o transporte da bagagem dos usuários de forma adequada e segura.

#### **3.5.3. WC**

No mínimo 50% dos veículos deverão ser equipados com WC.

### **4. REGISTROS DOS VEÍCULOS NO PODER CONCEDENTE**

Todos os veículos da frota deverão ser registrados junto ao PODER CONCEDENTE, sendo este registro precedido de aprovação em vistoria.

### **5. VISTORIA NOS VEÍCULOS PELO PODER CONCEDENTE**

Os veículos que estiverem em operação serão inspecionados periodicamente pelo PODER CONCEDENTE ou através de terceiros por ele credenciados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE PELOTAS**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

As inspeções serão realizadas com uma periodicidade máxima de 1 (um) ano para todos os veículos, podendo o PODER CONCEDENTE, a qualquer tempo, requisitar uma nova inspeção técnica.

O veículo aprovado na inspeção receberá o Selo de Vistoria, fornecido pelo PODER CONCEDENTE, que deverá ser fixado obrigatoriamente no vidro dianteiro direito.

**6. DA PUBLICIDADE INTERNA E EXTERNA EM VEÍCULOS:**

Compete ao PODER CONCEDENTE o gerenciamento, o controle, fiscalização e aplicação de sanções disciplinares referentes à exibição de publicidade nos veículos citados.

**7. ESPECIFICAÇÃO DA FROTA PARA SERVIÇO CONVENCIONAL**

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, para efeito de aprovação, o projeto do veículo a ser adquirido em 2 (duas) vias, contendo: plantas, detalhes, vistas e especificações técnicas para prévia apreciação.

O veículo novo para ser admitido no STPP, deverá previamente ser inspecionado, e em seguida registrado no PODER CONCEDENTE.

**7.1. Observações Gerais**

O veículo “novo” somente deverá ser concluído após a aprovação dos desenhos técnicos apresentados.

Os veículos serão inspecionados após sua produção e quaisquer não conformidades deverão ser corrigidas antes da incorporação de frota.

Em qualquer tempo, é reservado ao PODER CONCEDENTE o direito de revogar ou alterar qualquer item do presente Anexo.

Em caso de eventual alteração, o mesmo encaminhará a substituição do item alterado.

Os casos omissos serão analisados pelo PODER CONCEDENTE.